

Resultados econômico-financeiros 2T10

LUCRO LÍQUIDO DA AES TIETÊ ATINGE R\$ 172,4 MILHÕES NO 2T10 E SERÁ INTEGRALMENTE DISTRIBUÍDO SOB A FORMA DE DIVIDENDOS

Comentários do Sr. Rinaldo Pecchio - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

No 2T10, a AES Tietê apurou Ebitda de R\$ 299,3 milhões, valor 7,9% inferior ao auferido no 2T09, enquanto o lucro líquido de R\$ 172,4 milhões representa redução de 13,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior. A principal razão para tais variações foi a antecipação para o 1º trimestre de 2010 de parte do volume a ser vendido para a AES Eletropaulo por intermédio do contrato bilateral.

Dando continuidade à prática de distribuição de proventos adotada desde 2006, a totalidade do lucro líquido obtido no 2T10 será distribuído aos acionistas na forma de dividendos.

Realizamos, em maio de 2010, a 1ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 900 milhões. Os recursos foram integralmente utilizados para pré-pagar a dívida com a Eletrobrás atrelada a IGP-M.

Em 4 de julho de 2010, o contrato bilateral com a AES Eletropaulo foi ajustado em 5,17%, passando para R\$ 159,85/MWh, em função da variação do IGP-M no período.

↑	Volume de energia gerada 33,3% superior à garantia física	↓	Redução da Receita Líquida em 2,9%	↑	Aumento de 12,5% nos custos e despesas	↓	Redução de 13,5% no Lucro Líquido
---	-----------------------------------------------------------	---	------------------------------------	---	----------------------------------------	---	-----------------------------------

R\$ milhões	2T09	2T10	Var (%)
Receita Bruta	436,4	423,2	-3,0%
Receita Líquida	414,6	402,6	-2,9%
Custos e Despesas Operacionais	(105,9)	(119,2)	12,5%
EBITDA	325,1	299,3	-7,9%
Margem EBITDA - %	78,4%	74,3%	+ 0,3 p.p.
Lucro Líquido	199,2	172,4	-13,5%
Margem Líquida - %	48,0%	42,8%	+ 0,3 p.p.
Patrimônio Líquido	700,2	673,4	-3,8%
Dívida Líquida	449,1	463,9	3,3%

Índices	2T09	2T10	Var (%)
Lucro Líq* / PL (vezes)	1,1x	1,2x	1,0%
Dívida Líquida/ PL (vezes)	0,6x	0,7x	7,4%
Dívida Líquida/ EBITDA* (vezes)	0,3x	0,4x	7,1%
EBITDA/ Desp.Financ. (vezes)	8,0x	9,9x	22,7%

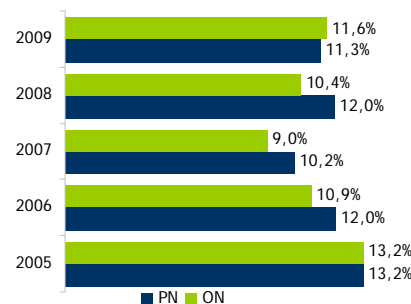
Dados Operacionais	2T09	2T10	Var (%)
Energia Gerada - GWh	3.451,6	3.582,4	3,8%
Preço Contrato Bilateral** (R\$/MWh)	149,72	152,00	1,5%
Investimentos - R\$ milhões	9,3	16,1	73,5%
Funcionários	301	339	12,6%

* últimos 12 meses

** Contrato com AES Eletropaulo

São Paulo, 6 de agosto de 2010 - A AES Tietê S.A. (Bovespa: GETI3 e GETI4; OTC: AESAY e AESYY), anunciou hoje os resultados operacionais e financeiros da Companhia, exceto se estiverem indicadas de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados da AES Tietê S.A. e de suas controladas AES Minas PCH Ltda e AES Rio PCH Ltda.

Dividend Yield



Dividend yield - Preço médio ponderado do período

DESTAQUES

Operacional

↑ A geração de energia foi 33,3% superior à garantia física.

Financeiro

↓ A receita líquida auferida totalizou R\$ 402,6 milhões, com queda de 2,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

↓ O Ebitda apresentou decréscimo de 7,9% quando comparado ao 2T09, encerrando o trimestre em R\$ 299,3 milhões, com margem de 74,3%.

↓ A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 172,4 milhões, resultado 13,5% inferior aos R\$ 199,2 milhões obtidos no 2T09. O lucro líquido do 1S10 (R\$ 411,2 milhões) manteve-se estável em relação ao do 1S09 (R\$ 414,5 milhões).

↑ Foram distribuídos R\$ 238,9 milhões em dividendos relacionados ao resultado do 1T10.

↑ A totalidade dos recursos obtidos com a 1ª emissão de debêntures foi utilizada para pré-pagar, em 4 de maio de 2010, a dívida da Companhia com a Eletrobrás. Caso não houvesse a troca da dívida, o lucro líquido do 2T10 teria sido 5,4% inferior ao efetivamente registrado.

Eventos Subsequentes

↑ Em 6 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de R\$ 172,4 milhões na forma de dividendos, correspondentes a 100% do lucro líquido do 2T10, na seguinte proporção: R\$ 0,431276523 por ação ordinária e R\$ 0,474404175 por ação preferencial. O pagamento será efetuado em 15 de setembro de 2010.

↑ O preço da energia vendida por intermédio do contrato bilateral com a AES Eletropaulo teve seu reajuste anual em julho de 2010, passando de R\$ 152,00/MWh para R\$ 159,85/MWh.

CONTEXTO OPERACIONAL

GERAÇÃO HIDRELÉTRICA NO BRASIL

A energia produzida pelas usinas geradoras no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), formado por usinas geradoras das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País e de parte da região Norte. Apenas 3,4% da capacidade de produção de eletricidade do Brasil encontra-se fora do SIN, em pequenos sistemas isolados, localizados principalmente na região amazônica.

Cabe ao Operador Nacional do Sistema (ONS) executar as atividades de coordenação e controle da operação de geração, visando a eliminar as diferenças entre a programação do despacho otimizado e o realizado, utilizando os recursos energéticos disponíveis.

As variações climáticas tendem a ocasionar excedentes ou escassez de produção hidrelétrica em determinadas regiões e em determinados períodos do ano uma vez que a produtividade das usinas hidrelétricas depende do índice pluviométrico para acumulação de água em seus reservatórios. O SIN permite captar toda a energia gerada e distribuí-la de maneira adequada pelo território nacional.

De acordo com uma das regras do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), caso determinadas geradoras tenham produzido acima de seus respectivos níveis de garantia física, o adicional da energia gerada será alocado a outras geradoras do MRE que não tenham atingido seus níveis de garantia física. Esta alocação do adicional da energia gerada visa a assegurar que todos os membros do MRE atinjam seus respectivos níveis de garantia física. A garantia física, calculada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e Aneel para cada usina hidrelétrica, é definida como a quantidade de energia que uma usina tem o direito de comercializar por meio de contratos de longo prazo.

PERFIL

Uma das mais eficientes geradoras de energia elétrica do Brasil, a AES Tietê possui um parque de usinas composto por 17 hidrelétricas, com capacidade instalada de 2.657 MW e garantia física de 1.280 MW médios.

As hidrelétricas mostradas abaixo fazem parte da AES Tietê (Controladora). O complexo envolve 10 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 2.651 MW e garantia física de 1.275 MW médios, localizadas nos rios Tietê, Grande, Pardo e Mogi-Guaçu, nas regiões central e noroeste do Estado de São Paulo.



Usinas da AES Tietê:

- | | |
|-----------------------------|------------------------------|
| ● Água Vermelha (1.396 MW) | ● Ibitinga (132 MW) |
| ● Nova Avanhandava (347 MW) | ● Euclides da Cunha (109 MW) |
| ● Promissão (264 MW) | ● Caconde (80 MW) |
| ● Bariri (143 MW) | ● Limoeiro (32 MW) |
| ● Barra Bonita (141 MW) | ● Mogi-Guaçu (7 MW) |

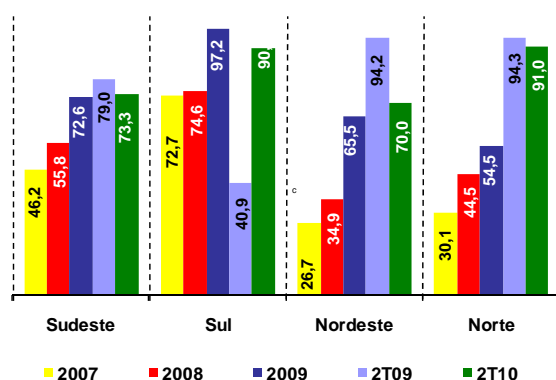
A Companhia controla a AES Minas PCH Ltda (PCH Minas), uma empresa detentora de 7 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no Estado de Minas Gerais, sendo que uma está desativada, sob estudo de viabilidade técnica. A capacidade instalada das PCHs operacionais somadas é de 5,4 MW, com garantia física de 4,9 MW médios.

RESERVATÓRIOS

Os níveis de armazenamento dos reservatórios verificados em todas as regiões do Brasil estão bastante confortáveis, conforme pode ser observado nos gráficos a seguir. Na Região Sudeste, onde estão localizadas as usinas da AES Tietê, esse nível chegou ao final do 2T10 em volume 44,3% superior à CAR - curva de aversão ao risco calculada pelo ONS.

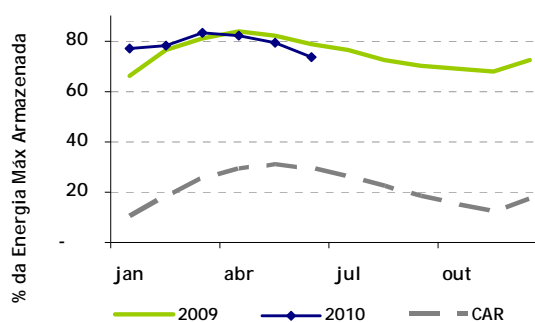
O nível de armazenamento de energia das usinas da AES Tietê foi de 88,9% ao final de junho de 2010, desempenho semelhante ao observado no mesmo período do ano anterior, quando este percentual foi de 87,9%.

Níveis de Reservatórios (%)



Fonte: ONS (Jun/10)

Curva de Aversão ao Risco - Submercado SE



Fonte: ONS (Jun/10)

FONTES DE RECEITA

Contrato bilateral com a AES Eletropaulo

A quantidade de energia contratada por meio do contrato bilateral com a AES Eletropaulo é de 1.268 MW médios. Este é o montante total de energia que deve ser entregue a cada ano. Entretanto, o contrato admite sazonalidade, uma vez que o volume de energia entregue à AES Eletropaulo varia ao longo do ano de acordo com a demanda do mercado atendido por aquela companhia. No 2T10, as vendas para a AES Eletropaulo representaram 73,2% do volume de energia vendida e 94,8% do faturamento da Companhia.

O preço praticado pelo contrato bilateral foi fixado em 2000, data da homologação da Aneel, na sua assinatura, com base na regulamentação vigente que estabelecia o Valor Normativo (VN) como parâmetro de preço para contratações bilaterais. Desde então, este preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M, conforme previsto no contrato.

Em 4 de julho de 2010, ocorreu o reajuste anual pelo IGP-M acumulado no período, de 5,17%, quando o preço passou de R\$ 152,00/MWh para R\$ 159,85/MWh.

Vigência do contrato

Em 30 de outubro de 2003, a AES Tietê e a AES Eletropaulo firmaram um aditivo ao contrato bilateral de Compra e Venda de Energia Elétrica com vistas à sua prorrogação até 2028. A AES Eletropaulo submeteu tal aditivo para homologação da Aneel, mas este não foi aprovado (conforme Despacho no. 1.060/2005).

Posteriormente à decisão da Aneel, em 2005, a AES Eletropaulo apresentou à mesma pedidos de reconsideração e recurso administrativo, que não foram acolhidos. As sucessivas negativas da Aneel foram emanadas pelos Despachos 1.060/2005, nº 1.244/2005, nº 1.400/2005 e nº 2.467/2007. Em 28 de outubro de 2005, exaurida a esfera administrativa, a AES Eletropaulo propôs uma medida judicial contra a Aneel visando à revogação do Despacho 1.060/2005.

Uma vez que o mérito da referida ação judicial ainda não foi decidido em primeira instância, que as chances de êxito na disputa judicial não são favoráveis e que é remota uma decisão final no processo antes de 2015, a AES Eletropaulo, em 5 de agosto de 2010, optou por desistir da demanda judicial, conforme Fato Relevante divulgado na mesma data.

Diante dessa decisão, em 6 de agosto de 2010, o Conselho de Administração da AES Tietê deliberou pela:

- (i) não propositura de demanda judicial autônoma contra a Aneel; e
- (ii) convocação de Assembléia Geral Extraordinária para deliberar sobre a matéria aprovada pelo Conselho de Administração

A decisão do Conselho de Administração foi baseada na avaliação de renomados escritórios de advocacia consultados pela Companhia, que consideraram como possíveis, com viés de prováveis as chances de perda da ação judicial, bem como remotas as chances de obtenção de uma decisão definitiva anteriormente ao término da vigência do contrato. Ademais, a propositura de ação judicial ensejaria o adiamento da decisão de venda de energia da Companhia, reduzindo-se as chances de reconstrução da totalidade da garantia física a preços atrativos.

CCEE (MRE, Spot e Administrativas)

O preço aplicado à energia faturada por intermédio do MRE foi de R\$ 8,18/MWh em 2009 e é de R\$ 8,51/MWh em 2010. Paralelamente, os preços aplicados à energia faturada no mercado *spot* variam de acordo com condições mercadológicas de oferta e demanda de energia. O preço *spot* médio no submercado do sudeste foi de R\$ 42,1/MWh no 2T09, R\$ 18,2/MWh no 1T10 e R\$ 40,7/MWh no 2T10.

Nesta categoria estão também as receitas administrativas da CCEE. Tais receitas se referem, principalmente, ao rateio de receitas auferidas devido aos pagamentos de (i) principal, (ii) correção monetária, (iii) multa e (iv) juros, efetuados por agentes inadimplentes com a CCEE. Os custos relativos ao rateio das despesas administrativas da CCEE são registrados na rubrica "Energia Comprada para Revenda".

Outros Contratos Bilaterais

Desde 2009, a Companhia vem firmando contratos bilaterais de venda de energia de curto e longo prazos de forma a suprir as perdas técnicas dos contratos vigentes (em torno de 3% de toda a geração), fechar o balanço energético da Companhia, rentabilizar a energia incentivada proveniente das PCHs de Minas e Mogi e aproveitar oportunidades de mercado.

No Brasil, a energia elétrica gerada por meio de PCHs pode ser vendida como energia incentivada, a um preço superior ao praticado pela energia convencional proveniente de usinas hidrelétricas. Sendo assim, foram assinados contratos bilaterais de compra de energia convencional de modo a substituir a parcela de energia incentivada do contrato bilateral com a AES Eletropaulo, permitindo que a AES Tietê comercialize a energia proveniente de suas PCHs por intermédio de outros contratos bilaterais de venda.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A seguir, o balanço energético consolidado da Companhia mostra mais detalhes do desempenho operacional do 2T10.

Geração (Consolidado) - GWh	2T09	1T10	2T10	Variação	
				2T10 x 2T09	2T10 x 1T10
Energia Gerada Bruta	3.451,6	4.274,1	3.582,4	3,8%	-16,2%
Energia Comprada	94,1	100,4	134,1	42,5%	33,5%
Total de Energia Disponível	3.545,7	4.374,5	3.716,4	4,8%	-15,0%

Balanço Energético (Consolidado) - GWh	2T09	1T10	2T10	Variação	
				2T10 x 2T09	2T10 x 1T10
Energia Faturada	3.437,9	4.276,0	3.604,5	4,8%	-15,7%
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	2.746,9	3.014,6	2.638,6	-3,9%	-12,5%
CCEE	671,8	1.209,0	886,2	31,9%	-26,7%
<i>Spot</i>	238,6	642,9	305,9	28,2%	-52,4%
<i>MRE</i>	433,2	566,1	580,4	34,0%	2,5%
Outros Contratos Bilaterais	19,1	52,5	79,6	316,1%	51,8%

A quantidade de energia faturada para a AES Eletropaulo no 2T10 decresceu 3,9% quando comparada à do mesmo período do ano anterior, resultado da sazonalidade existente no contrato bilateral. Quanto ao volume de energia faturada por meio do mercado *spot*, o aumento de 28,2% no mesmo período é derivado, sobretudo, da maior carga (consumo) no mercado brasileiro registrada no 2T10 em comparação ao 2T09, o que impactou positivamente o despacho das usinas hidrelétricas do sistema no trimestre.

Comparado ao 1T10, o volume de energia faturado no mercado *spot* decresceu 52,4% influenciado pela redução do volume de chuvas neste trimestre.

Receita (Consolidado) - R\$ milhões	2T09	1T10	2T10	Variação	
				2T10 x 2T09	2T10 x 1T10
Suprimento de Energia	436,4	483,3	423,2	-3,0%	-12,4%
<u>Contrato Bilateral AES Eletropaulo</u>	411,3	458,2	401,1	-2,5%	-12,5%
<u>CCEE</u>	22,2	17,5	11,3	-49,2%	-35,3%
<i>Spot</i>	15,8	12,2	8,7	-44,8%	-28,7%
<i>MRE</i>	3,5	4,8	4,9	39,4%	2,5%
<i>Outras (Administrativos)</i>	2,9	0,4	(2,4)	-182,3%	-693,3%
<u>Outros Contratos Bilaterais</u>	2,9	7,6	10,8	272,9%	42,3%

O valor da linha *Outras (Administrativos)* no 2T10 é negativo devido à reversão de provisão de receitas relacionadas ao rateio no sistema CCEE decorrente de inadimplência e recontabilizações de outros participantes do sistema.

REGULATÓRIO

ENCARGOS DE CONEXÃO E TRANSMISSÃO

Em 30 de junho de 2010, a Aneel publicou as resoluções nº 1.021 e 1.022/2010 que estabeleceram os valores dos Encargos de Conexão e Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão Componentes da Rede Básica (TUSTrb) para as usinas da AES Tietê para o ciclo tarifário válido de julho de 2010 a junho de 2011.

As alterações serão refletidas no desempenho da Companhia a partir do 3º trimestre de 2010, tendo sido estabelecido para o atual ciclo os seguintes valores anuais:

- Encargo de conexão em R\$ 2,7 milhões (ante R\$ 0,9 milhão no ciclo anterior); e
- Tarifa TUSTrb em R\$ 59,7 milhões (comparado a R\$ 62,8 milhões no ciclo anterior).

O reajuste da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSDg) para as usinas da Companhia ocorre nas datas dos reajustes / revisões tarifárias das distribuidoras em cujas áreas de concessão essas usinas estão localizadas. O reajuste da TUSDg da usina de Nova Avanhandava ocorrerá em agosto deste ano, enquanto o das demais usinas ocorrerá apenas no ano que vem, nos meses de fevereiro e abril.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA BRUTA

No 2T10, a AES Tietê auferiu receita bruta de R\$ 423,2 milhões, 3,0% inferior àquela registrada no mesmo período do ano anterior, de R\$ 436,4 milhões. Essa redução é explicada essencialmente pelo menor volume de energia vendida para a AES Eletropaulo, que passou de 2.746,9 GWh no 2T09 para 2.638,6 GWh no 2T10 (decréscimo de 3,9%), em função da sazonalidade com a consequente antecipação de parte do volume do contrato bilateral. Esse efeito foi parcialmente compensado pelo reajuste anual do preço da energia vendida por intermédio deste contrato, que passou de R\$ 149,72/MWh para R\$ 152,00/MWh (1,53%) em julho de 2009.

Na comparação do 2T10 com o trimestre anterior, a receita bruta apresentou queda de 12,4% (R\$ 60,1 milhões), também resultado da sazonalidade do contrato bilateral, motivo pelo qual o volume de energia vendida para a AES Eletropaulo decresceu 12,5%, passando de 3.014,6 GWh no 1T10 para 2.638,6 GWh no 2T10.

DEDUÇÕES DA RECEITA

PIS e COFINS são impostos que incidem sob a receita da AES Tietê. A alíquota aplicada ao contrato bilateral com a AES Eletropaulo é de 3,65% (regime cumulativo) enquanto para as demais receitas da Companhia, a alíquota é de 9,25% (regime não cumulativo).

A AES Tietê registrou no 2T10, R\$ 20,6 milhões em deduções da receita ante R\$ 21,8 milhões apurados no 2T09. A variação negativa de 5,6%, mais acentuada do que a verificada na receita bruta (3,0%), é explicada pela menor participação de receitas com alíquotas de PIS / COFINS mais altas.

Na comparação entre o 2T10 e o 1T10, nota-se que as deduções apresentaram variação negativa de 12,5%, acompanhando a variação da receita bruta que registrou decréscimo de 12,4% no mesmo período.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida auferida no 2T10 totalizou R\$ 402,6 milhões, com queda de 2,9% em relação a do 2T09. Comparado ao 1T10, quando a receita líquida foi de R\$ 459,8 milhões, a redução foi de 12,4%. A sazonalidade do volume anual de energia contratada com a AES Eletropaulo explica tais desempenhos.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2T09	1T10	2T10	Var (%) 2T10 X 2T09	Var (%) 2T10 X 1T10
Pessoal	15.788	16.820	17.293	9,5%	2,8%
Material e Serviços de Terceiros	9.856	17.448	15.138	53,6%	-13,2%
Comp. Financ. Utiliz. Rec.Híd.	14.072	18.588	15.571	10,7%	-16,2%
Energia Comprada para Revenda	8.459	5.443	16.239	92,0%	198,3%
Transmissão e Conexão	36.991	23.642	23.145	-37,4%	-2,1%
Provisões Operacionais	366	4.844	11.517	3046,7%	137,8%
Depreciação e Amortização	16.434	16.191	15.844	-3,6%	-2,1%
Outras despesas (receitas) operacionais	3.973	(4.537)	4.436	11,7%	-
Total de Custos e Despesas Operacionais	105.939	98.439	119.183	12,5%	21,1%

No 2T10, os custos e despesas operacionais somaram R\$ 119,2 milhões, representando aumento de 12,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores: (i) constituição de provisão para contingências no valor de R\$ 9,2 milhões referente ao processo administrativo de compensação de tributos federais; (ii) aumento de R\$ 7,8 milhões em energia comprada para revenda decorrente do maior volume e do maior preço médio de compra; e (iii) maiores gastos com material e serviços de terceiros, principalmente com projetos de reflorestamento (R\$ 1,6 milhões) e manutenção das usinas (R\$ 1,0 milhão). O crescimento dessas contas foi parcialmente compensado pela redução de R\$ 13,9 milhões dos custos de transmissão e conexão, devido à nova metodologia de cálculo desses encargos que passou a vigorar a partir de julho de 2009.

Na comparação do 2T10 com o 1T10, foi registrado aumento de 21,1% influenciado principalmente pelos seguintes fatores: (i) aumento de R\$ 10,8 milhões em energia comprada para revenda devido ao maior volume e o maior preço da energia comprada; (ii) registro da provisão de contas a receber de R\$ 8,9 milhões no 1T10, ainda como efeito dos ajustes referentes ao racionamento de energia (2001-2002); e (iii) constituição de provisão relativa ao processo administrativo de compensação de tributos federais (R\$ 9,2 milhões). O crescimento dessas contas foi parcialmente compensado pelas reduções em: (i) compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (R\$ 3,0 milhões), em virtude do decréscimo de 16,2% na energia gerada; e (ii) despesas com manutenção e conservação bianual das eclusas (R\$ 4,6 milhões).

Pessoal

As despesas com pessoal totalizaram R\$ 17,3 milhões no 2T10, o que representa crescimento de R\$ 1,5 milhão em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação decorre dos seguintes aumentos: (i) R\$ 1,0 milhão relacionado a custos e despesas com remuneração, benefícios e encargos que sofreram o impacto do dissídio coletivo (6,35%) de 2009/2010, válido a partir de julho de 2009; e (ii) R\$ 0,3 milhão relacionado a acordos trabalhistas.

Na comparação com o 1T10, observou-se aumento de R\$ 0,5 milhão nas despesas com pessoal. O crescimento de R\$ 0,9 milhão relacionado a custos e despesas com remuneração, benefícios e encargos foi o principal responsável pelo desempenho, ainda que tenha sido parcialmente compensado pela redução de R\$ 0,3 milhão na linha de acordos trabalhistas.

Material e Serviços de Terceiros

No 2T10, a conta de materiais e serviços de terceiros somou R\$ 15,1 milhões, o que representa aumento de R\$ 5,3 milhões quando comparada à do 2T09. O maior valor despendido nas contas abaixo detalhadas contribuiu para esta evolução:

- (i) projetos de reflorestamento (R\$ 1,6 milhão);
- (ii) despesas com materiais e equipamentos (R\$ 0,8 milhão);
- (iii) manutenção de equipamento de geração das usinas de Nova Avanhandava e Euclides da Cunha (0,6 milhão); e
- (iv) manutenção e conservação bianual das eclusas de Nova Avanhandava, Promissão, Ibatinga, Barra Bonita e Bariri (R\$ 0,4 milhão).

Quando comparada à do 1T10, a conta apresentou redução de R\$ 2,3 milhões, influenciada pela redução em R\$ 4,6 milhões nas despesas com manutenção e conservação bianual de eclusas i) R\$ 0,9 milhão em meio ambiente; e (ii) R\$ 0,8 milhão em despesas com materiais e equipamentos.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

Os gastos com CFURH no 2T10 totalizaram R\$ 15,6 milhões, com aumento de 10,7% em relação ao 2T09. Esta variação é explicada pelo reajuste da Tarifa de Referência (TAR), que passou de R\$ 62,33/MWh em 2009 para R\$ 64,69/MWh em 2010, e pelo aumento de 3,8% no volume de energia gerada (3.582,4 GWh no 2T10 ante 3.451,6 GWh no 2T09).

A conta apresentou queda de 16,2% em comparação ao trimestre anterior em função do decréscimo de 16,2% da energia gerada (3.582,4 GWh no 2T10 e 4.274,1 GWh no 1T10).

Energia Comprada para Revenda

O custo com compra de energia para revenda foi de R\$ 16,2 milhões no trimestre, o que indica aumento tanto em relação ao mesmo trimestre do ano anterior quanto ao 1T10. Na comparação com ambos os períodos, influenciaram no desempenho o maior preço de compra de energia (R\$ 121,0/MWh no 2T10 ante R\$ 103,6/MWh no 2T09 e R\$ 117,2/MWh no 1T10) e o maior volume de energia comprada (134,1 GWh no 2T10 diante de 94,1 GWh e 100,4 GWh no 2T09 e 1T10, respectivamente).

Do volume de 134,1 GWh de energia comprada no 2T10, 8,8 GWh referem-se ao contrato de co-geração por meio de biomassa que conta para o cumprimento da obrigação de expansão da Companhia (Para mais detalhes, vide o capítulo "Obrigação de Expansão" na página 14 desse relatório). Esse contrato está atrelado ao período de safra da cana de açúcar compreendido entre os meses de maio e novembro de cada ano.

Transmissão e Conexão

Comparando o 2T10 com o 2T09, os custos de transmissão e conexão foram reduzidos em R\$ 13,9 milhões, totalizando R\$ 23,1 milhões no 2T10. Essa redução deve-se à nova metodologia de cálculo dos encargos de transmissão e conexão anunciada pela Aneel em junho de 2009 (Resoluções nº 843, 844 e 845/2009).

Quando comparado ao trimestre anterior, a conta permaneceu praticamente estável (R\$ 23,1 milhões no 2T10 ante R\$ 23,6 milhões no 1T10).

Provisões Operacionais

No 2T10, as provisões operacionais apresentaram incremento de R\$ 11,2 milhões na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, devido aos seguintes fatores:

- (i) constituição de provisão para contingências no valor de R\$ 9,2 milhões relativa ao processo administrativo movido pela Receita Federal cujo prognóstico de risco de perda foi classificado como possível (acima de 50%) - perda possível com tendência a provável. Esse processo refere-se a compensações realizadas entre débitos de Imposto de Renda e Contribuição Social dos anos de 2004 e 2005 com créditos de anos anteriores. O referido valor foi apurado após estudos

feitos por consultoria especializada bem como por advogados contratados para a análise desses processos; e

- (ii) atualização monetária referente ao período do 2T10, de R\$ 1,5 milhão do valor da provisão referente à parcela da AES Tietê na discussão judicial entre a AES Sul, Aneel e 30 empresas do setor elétrico sobre a contabilização e liquidação de operações realizadas no mercado *spot* em 2000.

Na comparação das provisões operacionais do 2T10 com o 1T10, observou-se aumento de R\$ 6,7 milhões. A principal causa desta variação é explicada pelos dois efeitos mencionados acima parcialmente compensados pelo registro no 1T10 do complemento da provisão, no valor de R\$ 4,5 milhões, referente à discussão judicial mencionada acima.

Depreciação, Amortização e Outras Despesas

Os gastos com depreciação e amortização somaram R\$ 15,8 milhões no 2T10, estável em relação ao 2T09 (R\$ 16,4 milhões) e ao 1T10 (R\$ 16,1 milhões).

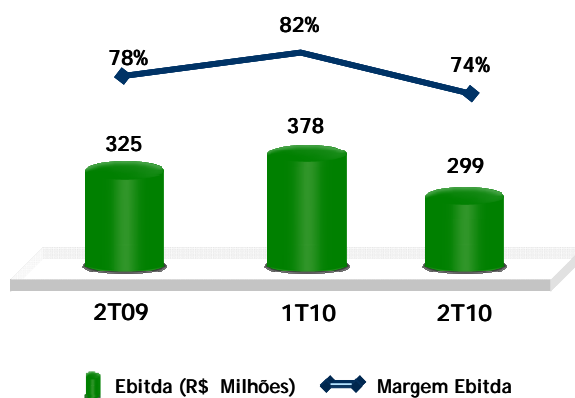
No 2T10, as “outras despesas” totalizaram R\$ 4,4 milhões, mantendo-se no mesmo patamar do 2T09 (R\$ 4,0 milhões), mas com aumento de R\$ 9,0 milhões em relação ao 1T10. O fator que influenciou esse desempenho foi o registro da provisão de contas a receber de R\$ 8,9 milhões no 1T10, ainda como efeito dos ajustes referentes ao racionamento de energia ocorrido entre os anos de 2001 e 2002. Conforme Resolução Normativa 387, de 15/12/2009, os repasses de energia livre para as geradoras, que tiveram início originalmente em março de 2003, foram recalculados pelas distribuidoras de forma retroativa desde fevereiro de 2002, o que proporcionou a contabilização de tal receita naquele trimestre.

EBITDA

A AES Tietê registrou Ebitda de R\$ 299,3 milhões no 2T10, o que representa decréscimo de R\$ 25,8 milhões na comparação com o 2T09. O desempenho é justificado pelos seguintes fatores: (i) queda de R\$ 11,9 milhões na receita líquida em função da sazonalização do contrato com a AES Eletropaulo; (ii) provisão de R\$ 9,2 milhões referente ao processo administrativo de compensação de tributos federais; e (iii) maiores gastos com material e serviços de terceiros, principalmente com projetos de reflorestamento (R\$ 1,6 milhão) e manutenção das usinas (R\$ 1,0 milhão).

Na comparação entre o 2T10 e o 1T10, observou-se redução de R\$ 78,2 milhões do Ebitda refletindo: (i) o decréscimo de R\$ 57,2 milhões da receita líquida, devido à sazonalização do contrato com a AES Eletropaulo; (ii) provisão de R\$ 9,2 milhões referente ao processo administrativo de compensação de tributos federais; e (iii) o registro da provisão de contas a receber de R\$ 8,9 milhões no 1T10 em custos e despesas operacionais, ainda como efeito dos ajustes referentes ao racionamento de energia (2001-2002).

Evolução Ebitda
(R\$ milhões)



RESULTADO FINANCEIRO

No 2T10, a Companhia registrou resultado financeiro negativo de R\$ 22,1 milhões, comparado a um resultado também negativo de R\$ 7,0 milhões no 2T09. Esse desempenho decorre principalmente de uma redução da conta de variações monetárias.

Na comparação do 2T10 com o 1T10, observou-se decréscimo no resultado financeiro de R\$ 22,9 milhões. Esta variação é explicada basicamente pela diminuição das receitas financeiras.

R\$ mil	2T09	1T10	2T10	Var (%)	
				2T10 X 2T09	2T10 X 1T10
Receitas Financeiras	17.417	39.411	13.365	-23,3%	-66,1%
Despesas Financeiras Total	(24.369)	(38.549)	(35.437)	45,4%	-8,1%
Despesas Financeiras	(29.371)	(24.015)	(25.304)	-13,8%	5,4%
Variações Monetárias	5.002	(14.534)	(10.133)	-302,6%	-
Resultado Financeiro	(6.952)	862	(22.072)	217,5%	-

Receitas Financeiras

Em 30 de junho de 2010, as disponibilidades e investimentos da AES Tietê somavam R\$ 454,5 milhões e estavam representadas por operações de curto prazo, com rentabilidade média em torno de 102,4% do CDI no 2T10, estável quando comparado à rentabilidade média de 102,3% do CDI no 2T09 e 1T10.

Tomando por base de comparação o mesmo período do ano anterior, a queda de 23,3% das receitas financeiras, decorre principalmente do menor saldo médio de aplicações financeiras (R\$ 591,7 milhões no 2T10 ante R\$ 746,8 milhões no 2T09). Isso ocorreu em virtude de um saldo inicial de caixa mais elevado no 2T09 em comparação ao do 2T10, influenciado pelo impacto positivo gerado pela contabilização do crédito tributário referente à mudança no regime de tributação do PIS/COFINS, que foi utilizado para o pagamento do Imposto de Renda em 2008.

Em relação ao 1T10, as receitas financeiras apresentaram decréscimo de R\$ 26,0 milhões em função do registro nesta conta, no 1T10, do ganho de R\$ 27,7 milhões referente à parcela de juros e multas do valor total recebido por conta da decisão favorável à Companhia na discussão judicial com Furnas.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras somaram R\$ 35,4 milhões, apresentando aumento de 45,4% se comparadas às registradas no 2T09. Essa variação é explicada principalmente pelo fato de o IGP-M acumulado do início de abril de 2010 até o dia 4 de maio de 2010, data do pré-pagamento da dívida com a Eletrobrás, ter sido 1,24 p.p maior do que o IGP-M do 2T09.

Na comparação com o 1T10, observou-se redução de R\$ 3,1 milhões das despesas financeiras, influenciada pelo recebimento, no 1T10, da correção monetária de R\$ 14,9 milhões do valor histórico envolvido na ação judicial contra Furnas.

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido auferido pela AES Tietê no 2T10 foi de R\$ 172,4 milhões, resultado 13,5% inferior ao obtido no 2T09. O desempenho foi influenciado pelos seguintes itens:

- (i) redução da receita líquida devido à sazonalização do contrato de energia vendida para a AES Eletropaulo;
- (ii) provisão de R\$9,2 milhões referente ao processo administrativo de compensação de tributos federais;
- (iii) aumento das despesas financeiras totais, devido ao IGP-M mais elevado no período entre abril de 2010 e 4 de maio de 2010, data do pré-pagamento da dívida com a Eletrobrás, se comparado ao 2T09.

Comparativamente ao 1T10, o lucro líquido do 2T10 apresentou decréscimo de 27,8% em consequência, sobretudo dos seguintes fatores já comentados no decorrer deste relatório:

- (i) redução da receita líquida devido basicamente à sazonalização do contrato de energia vendida para a AES Eletropaulo;
- (ii) aumento dos custos e despesas operacionais, principalmente devido à provisão referente ao processo administrativo de compensação de tributos federais (R\$ 9,2 milhões) e o registro da provisão de contas a receber de R\$ 8,9 milhões no 1T10, ainda como efeito dos ajustes referentes ao racionamento de energia (2001-2002); e
- (iii) queda das receitas financeiras em R\$ 26,0 milhões decorrente do registro de R\$ 27,7 milhões, no 1T10, da parcela de juros e multas do valor total recebido em função da decisão favorável à Companhia na discussão judicial com Furnas (evento não recorrente).

PROVENTOS

Os proventos referentes aos resultados do 2T10 somam R\$ 172,4 milhões e correspondem a 100,0% do lucro líquido do trimestre. Esse valor será distribuído na forma de dividendos, na seguinte proporção: R\$ 0,431276523 por ação ordinária e R\$ 0,474404175 por ação preferencial. O pagamento será efetuado no dia 15 de setembro de 2010.

ENDIVIDAMENTO

em R\$ milhões		
Montante	Vencimento	Custo
918,4	04/2015	CDI + 1.20% a.a.

Em 3 de maio de 2010, ocorreu a liquidação financeira da 1ª emissão de debêntures da AES Tietê, no valor de R\$ 900 milhões, com custo de CDI + 1,20% a.a. e prazo de 5 anos. Os juros serão pagos semestralmente e as amortizações serão realizadas em parcelas anuais e iguais no 3º, 4º e 5º anos. Os recursos foram integralmente utilizados para pré-pagar a confissão de dívida com a Eletrobrás, realizada no dia seguinte à liquidação financeira do título.

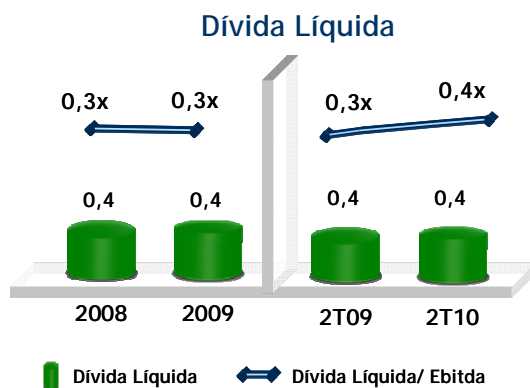
Com essa troca, o custo da dívida da Companhia passou de IGP-M + 10% a.a. para CDI + 1,20% a.a. O prazo de vencimento foi alongado de 2013 para 2015.

Em 30 de junho de 2010, o saldo da dívida representa R\$ 918,4 milhões.

A Companhia possui também uma obrigação com a Fundação Cesp (instituição administradora de seus planos de benefícios), que se refere a um contrato de confissão de dívida para financiamento de déficit atuarial relativo ao Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS com vencimento em 2027. O saldo desse contrato é atualizado pela variação do custo atuarial ou pela variação do IGP-DI acrescida de 6% a.a., dos dois o maior. Ao final de cada exercício é feita uma avaliação atuarial e eventuais déficits ou superávits do plano são acrescidos ou subtraídos do saldo do contrato, promovendo o recálculo das parcelas remanescentes.

Ao longo dos anos, os superávits foram reduzindo o saldo do contrato, de modo que em 31 de dezembro de 2009, ele foi integralmente quitado. No entanto, caso eventuais déficits referentes ao antigo plano de previdência privada venham a ocorrer no futuro, um novo contrato de dívida deverá ser firmado com a Fundação CESP.

A dívida líquida ao final do 2T10 era de R\$ 463,9 milhões, 28,8% superior quando comparada à posição de encerramento do 2T09. Essa elevação é explicada, fundamentalmente, pelo menor saldo de disponibilidades em 30 de junho de 2010 (R\$ 454,5 milhões ante R\$ 641,4 milhões). A relação "dívida líquida/Ebitda", considerando o Ebitda dos últimos 12 meses ao final do 2T10 era de 0,4x e de 0,3x ao final do 2T09.



INVESTIMENTOS

Em maio de 2010, a unidade geradora 2 da usina de Nova Avanhandava teve um de seus componentes rompidos, e o mesmo ocorreu com a unidade geradora 3 desta mesma usina no mês de julho.

Dessa forma, o processo de modernização que estava previsto para ser iniciado no segundo semestre de 2013 foi antecipado para o segundo semestre de 2010. A Companhia está revisando o programa de investimento de 2010 para incluir eventual valor adicional decorrente dessa antecipação, cujo montante não deve ultrapassar R\$ 27,2 milhões. Tal valor pode ser facilmente absorvido no fluxo de caixa da Companhia.

A conclusão do processo está prevista para o segundo semestre de 2011. A paralisação dessas unidades geradoras não afetará o volume de energia faturada via contrato bilateral com a AES Eletropaulo, porém provocará algum impacto no recebimento de energia secundária.

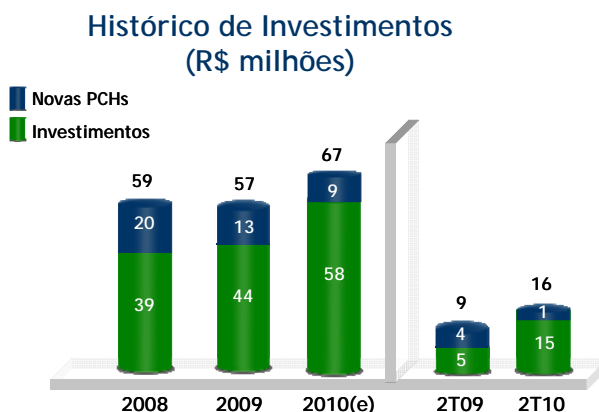
A Companhia está trabalhando com meta de geração de 10% acima de sua garantia física no ano de 2010.

Investimentos estimados para 2010: R\$ 66,7 milhões

- R\$ 54,6 milhões - manutenção, modernização e TI;
- R\$ 3,4 milhões - projetos de meio ambiente; e
- R\$ 8,7 milhões - PCHs Jaguari-Mirim

Os investimentos no 2T10 somaram R\$ 16,1 milhões, montante R\$ 6,8 milhões superiores ao realizado no 2T09. Segue abaixo a abertura do valor realizado no 2T10:

- R\$ 14,7 milhões - manutenção e modernização de usinas;
- R\$ 1,2 milhão - construção das PCHs Jaguari-Mirim; e
- R\$ 0,2 milhão - projetos de meio ambiente.



OBRIGAÇÃO DE EXPANSÃO

O Edital de Privatização da AES Tietê S.A (“AES Tietê ou “Companhia”) estabelece a obrigação para a Companhia de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração (“Obrigação de Expansão”), em no mínimo 15% (aproximadamente 400 MW) no Estado de São Paulo através de energia nova, no período de oito anos, a partir da assinatura do seu Contrato de Concessão, ocorrida em dezembro de 1999. Contudo, foram estabelecidas restrições regulatórias desde a privatização supramencionada, em especial a criação do Novo Modelo do Setor Elétrico, que tornaram inviável o cumprimento da obrigação tal qual originalmente concebida. Existem ainda restrições regionais, como a insuficiência de recursos hídricos no Estado de São Paulo e restrições ambientais que impediriam o atendimento da obrigação de expansão.

Em 26 de agosto de 2008, a Aneel emitiu despacho no qual entendeu que a obrigação de expansão vincula somente a AES Tietê ao Governo do Estado de São Paulo, colocando-se, apenas, como fiscalizadora do acordo e manifestando ausência de necessidade de aditamento do contrato de concessão.

Tendo em vista as modificações na regulamentação do setor e o despacho da Aneel acima referido, a AES Tietê vem discutindo alternativas com a Secretaria de Energia do Estado de São Paulo para o atendimento da obrigação.

Em 27 de julho de 2009, a AES Tietê foi notificada pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo para se pronunciar quanto ao cumprimento da obrigação de expansão. A Companhia apresentou resposta em 29 de julho informando os projetos analisados visando o cumprimento da referida obrigação, o que esgota o procedimento da notificação. Eventual desdobramento depende de nova manifestação da referida Procuradoria.

Visando cumprir com o requerimento de expansão, a Companhia vem, ainda, estudando a viabilidade de implantação de uma termoeletrica a gás natural, com capacidade de geração de aproximadamente 550 MW e de uma PCH com potência instalada de 22 MW. Em relação à usina termoeletrica, foi definida em novembro de 2009 a localização da planta e em março de 2010 foi iniciado o processo de licenciamento ambiental na CETESB. Além dos projetos citados anteriormente, contribuirão também para o cumprimento de tal obrigação, a conclusão do projeto de 7 MW de geração hidrelétrica nas PCHs São José e São Joaquim (PCHs Jaguari Mirim), que entrarão em operação no primeiro semestre de 2011 e 6 MW de co-geração de biomassa contratados por quinze anos com início de suprimento em 2010.

FLUXO DE CAIXA GERENCIAL

R\$ Milhões	2T09	1T10	2T10
SALDO DE CAIXA INICIAL	814,1	614,6	573,8
Geração Operacional de Caixa	332,3	367,9	345,8
Investimentos	(9,2)	(8,2)	(16,1)
Despesas Financeiras Líquidas	(12,7)	(12,0)	(3,5)
Amortização Líquida	(54,8)	(60,4)	(34,3)
Imposto de Renda	(19,9)	(328,1)	(32,5)
Caixa Livre	235,8	(40,9)	259,4
Dividendos e JSCP	(408,5)	0,0	(378,6)
SALDO DE CAIXA CONSOLIDADO	641,4	573,8	454,5

O fluxo de caixa gerencial é um instrumento de caixa e pode apresentar algumas diferenças em relação aos procedimentos contábeis, que adotam o regime de competência para fins de reconhecimento de resultados.

O fluxo de caixa livre no 2T10 apresentou variação de R\$ 23,6 milhões quando comparado ao 2T09, passando de R\$ 235,8 milhões positivos para um valor também positivo de R\$ 259,4 milhões. Essa variação é explicada principalmente pelo menor volume de amortizações líquidas (R\$ 34,3 milhões no 2T10 ante R\$ 54,8 milhões no 2T09) em função da substituição, em maio, da dívida com a Eletrobrás com amortização mensal, pelas debêntures, cujas amortizações serão iniciadas apenas em 2013.

O fluxo de caixa livre no 2T10 foi de R\$ 259,4 milhões comparado a R\$ 40,9 milhões negativos no 1T10. Essa variação se dá em função do pagamento de imposto de renda e contribuição social referente ao ano de 2009 (R\$ 328,1 milhões) ter ocorrido no 1T10.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da AES Tietê são negociadas no mercado tradicional da BM&FBovespa sob os códigos GETI3 (ordinárias) e GETI4 (preferenciais). Além disso, a Companhia também possui ADRs Nível I negociadas no mercado de balcão norte-americano sob os códigos AESAY (ordinárias) e AESYY (preferenciais).

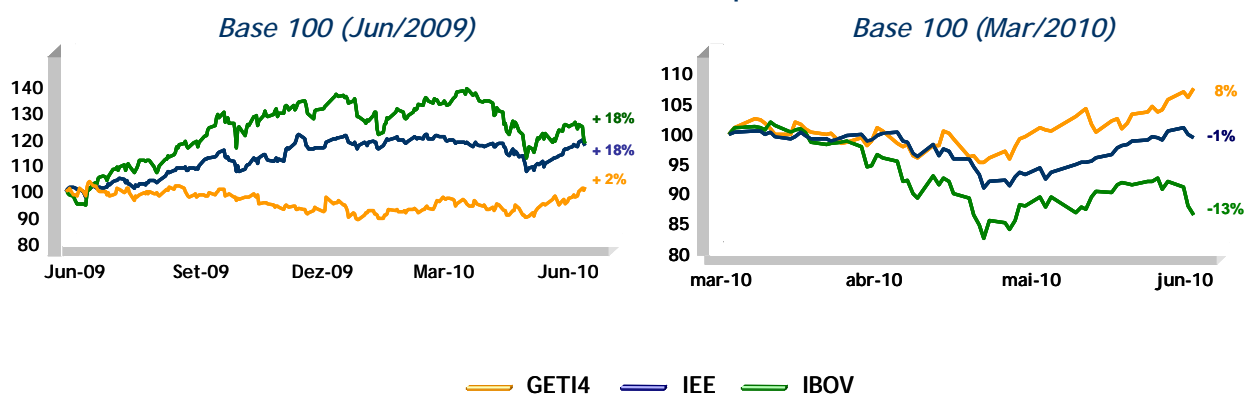
As ações da AES Tietê integram o Índice de Energia Elétrica (IEE), que tem como objetivo medir o desempenho do setor elétrico, além do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, que reúne empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial.

DESEMPENHO DAS AÇÕES

No 2T10, o Ibovespa apresentou desempenho negativo de 13,4% enquanto o IEE apresentou ligeira baixa (-0,6%). No mesmo período, as ações ordinárias da AES Tietê registraram alta de 2,1% e as ações preferenciais alta de 7,5%.

As ações da AES Tietê foram negociadas em 100% dos pregões da BM&FBovespa, ao longo do 2T10. Para as ações ordinárias, foram registrados 23.855 negócios durante o trimestre, envolvendo aproximadamente 16,8 milhões de ações. O volume médio diário negociado no 2T10 foi de R\$ 4,6 milhões, 148,5% superior ao volume médio negociado no 2T09. No caso das ações preferenciais, foram registrados 76.736 negócios no 2T10, envolvendo aproximadamente 30,8 milhões de ações. O volume médio diário negociado foi de R\$ 9,6 milhões, 2,2% superior à média registrada no 2T09. Em 30 de junho de 2010, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 7,3 bilhões.

AES Tietê x Ibovespa x IEE



COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
Cia Brasileira de Energia	140.882.909	71,35%	59.447.092	32,34%	200.330.001	52,55%
Centrais Elétricas Bras. S.A - Eletrobrás	150.534	0,08%	30.107.688	16,38%	30.258.222	7,94%
Outros (Free Float)	56.427.768	28,58%	94.237.502	51,27%	150.665.270	39,52%
Total	197.461.211	100,0%	183.792.282	100,0%	381.253.493	100,0%

Em 30/06/2010

CONTATOS:

Clarissa Sadock
Diretora de Relações com Investidores
clarissa.sadock@aes.com
Tel: (11) 2195-7048

Gerente de RI	E-mail	Telefone
Roberta Tenenbaum	roberta.tenenbaum@aes.com	(11) 2195-7022
Analistas de RI	E-mail	Telefones
Giovanna Rovere	giovanna.rovere@aes.com	(11) 2195-7995
Luciana Silvestre	luciana.silvestre@aes.com	(11) 2195-2282
Nadia Harada	nadia.harada@aes.com	(11) 2195-2286
Nathalia Boiseaux	nathalia.boiseaux@aes.com	(11) 2195-2344
www.aestiete.com.br/ri		ri.aestiete@aes.com

A AES TIETÊ CONVIDA PARA:

Teleconferência / Webcast

APRESENTAÇÃO:

Britaldo Soares - Diretor-Presidente

Rinaldo Pecchio - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DATA: segunda-feira, 09 de agosto de 2010

HORÁRIO: 11h30 (BR) / 10:30 a.m. (EST)

CONEXÃO:

- **Brasil:** (+55 11) 4688-6361
- **EUA:** (1-888) 700-0802
- **Outros países:** (1 786) 924-6977

TRADUÇÃO SIMULTÂNEA PARA INGLÊS

CÓDIGO DA CONFERÊNCIA: AES Tietê

REPLAY: (+55 11) 4688-6312

CÓDIGO: 47044

DISPONIBILIDADE: 09/08/10 até 15/08/10

Os slides da apresentação estarão disponíveis para visualização e download no website www.aestiete.com.br/ri

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela Internet, no mesmo site, onde ficará disponível após o evento.

Declarações contidas neste documento, relativas à perspectiva dos negócios da AES Tietê, às projeções de resultados operacionais e financeiros e ao potencial de crescimento da Empresa, constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Empresa. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado, do desempenho econômico do Brasil, do setor elétrico e do mercado internacional, estando, portanto, sujeitas a mudanças.

A AES Tietê detém a concessão de operação de dez usinas hidrelétricas, com grande concentração nas regiões central e noroeste do Estado de São Paulo. A capacidade instalada de todo o seu parque gerador é de 2.656 (MW), que corresponde a 20% da energia gerada no Estado, de acordo com dados da Secretaria Estadual de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento. Adicionalmente, a Companhia possui outras sete pequenas centrais hidrelétricas (PCH) no estado de Minas Gerais. Em 2009, a Empresa gerou 14.581,1 GWh de energia e obteve Receita Líquida de R\$ 1,7 bilhão e Ebitda de R\$ 1,3 bilhão.

ANEXOS - DADOS CONSOLIDADOS - R\$ milhões

CONSOLIDADO		
ATIVO	31.03.2010	30.06.2010
ATIVO CIRCULANTE	866.596	735.337
DISPONIBILIDADES	573.764	454.507
CRÉDITOS	247.387	194.355
Revendedores	34.006	28.892
Contas a receber de partes relacionadas	213.381	165.463
OUTROS	45.445	86.475
Tributos e contribuições sociais	28.804	63.939
Tributos a recuperar	11.247	11.116
Outros créditos	5.394	11.420
ATIVO NÃO CIRCULANTE	193.268	193.273
Tributos e contribuições sociais diferidos	16.348	18.742
Títulos a recuperar	117.551	114.837
Cauções e depósitos vinculados	59.212	59.590
Outros créditos	157	104
ATIVO PERMANENTE	1.176.543	1.174.587
Investimentos	2.099	2.099
Imobilizado e Intangível	1.174.444	1.172.488
TOTAL DO ATIVO	2.236.407	2.103.197

CONSOLIDADO		
PASSIVO	31.03.2010	30.06.2010
PASSIVO CIRCULANTE	696.402	387.588
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	265.982	22.747
Empréstimos e financiamentos	262.186	53
Encargos de dívidas	3.796	22.694
FORNECEDORES	100.470	106.489
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	124.839	211.966
DIVIDENDOS PROPOSTOS E DECLARADOS	142.548	2.770
PROVISÕES	36.927	20.170
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	34.808	13.927
Provisão para litígios e contingências	2.119	6.243
OUTRAS CONTAS A PAGAR	25.636	23.446
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	800.135	1.042.221
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	668.019	895.664
Empréstimos e financiamentos	668.019	895.664
PROVISÕES PARA LÍTIGIOS E CONTINGÊNCIAS	85.171	93.287
OUTROS	46.945	53.270
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	739.870	673.388
Capital Social	207.227	207.227
Reservas de Capital	252.364	252.364
Reservas de Lucro	41.446	41.446
Resultado do exercício	238.833	172.351
TOTAL DO PASSIVO	2.236.407	2.103.197

CONSOLIDADO					
Demonstração dos Resultados	2T09	1T10	2T10	Var (%) 2T10 X 2T09	Var (%) 2T10 X 1T10
Receita Operacional Bruta	436.381	483.318	423.220	-3,0%	-12,4%
Suprimento e Transporte de Energia	436.380	483.298	423.211	-3,0%	-12,4%
Outras Receitas	1	20	9	800,0%	-55,0%
Deduções da Receita Operacional	(21.798)	(23.533)	(20.586)	-5,6%	-12,5%
Receita Operacional Líquida	414.583	459.785	402.633	-2,9%	-12,4%
Custos do Serviço de Energia Elétrica	(105.939)	(98.439)	(119.183)	12,5%	21,1%
Pessoal	(15.788)	(16.820)	(17.293)	9,5%	2,8%
Material	(584)	(618)	(1.426)	144,2%	130,7%
Serviços de Terceiros	(9.272)	(16.830)	(13.712)	47,9%	-18,5%
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	(14.072)	(18.588)	(15.571)	10,7%	-16,2%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(8.459)	(5.443)	(16.239)	92,0%	198,3%
Transmissão e Conexão	(36.991)	(23.642)	(23.145)	-37,4%	-2,1%
Depreciação e Amortização	(16.434)	(16.191)	(15.844)	-3,6%	-2,1%
Provisões Operacionais	(366)	(4.844)	(11.517)	3046,7%	137,8%
Outras despesas (receitas) operacionais	(3.973)	4.537	(4.436)	11,7%	-197,8%
Resultado do Serviço	308.644	361.346	283.451	-8,2%	-21,6%
EBITDA	325.078	377.537	299.295	-7,9%	-20,7%
Receita (Despesa) Financeira	(6.952)	862	(22.072)	-	-
Receitas Financeiras	17.417	39.411	13.365	-23,3%	-66,1%
Despesas Financeiras	(29.371)	(24.015)	(25.304)	-13,8%	5,4%
Variações Monetárias/cambiais - líquidas	5.002	(14.534)	(10.133)	-302,6%	-30,3%
Resultado Operacional	301.692	362.208	261.379	-13,4%	-27,8%
Resultado Antes dos Tributos	301.692	362.208	261.379	-13,4%	-27,8%
Provisão para IR e Contribuição Social	(99.709)	(115.140)	(90.586)	-9,1%	-21,3%
Impostos Diferidos	(2.785)	(8.235)	1.558	-155,9%	-118,9%
Lucro Líquido do Exercício	199.198	238.833	172.351	-13,5%	-27,8%

GLOSSÁRIO

Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica: autarquia sob regime especial, que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, zelando pela qualidade do serviço prestado, pelo trato isonômico dispensado aos usuários e pelo controle da razoabilidade das tarifas cobradas aos consumidores, preservando, sempre, a viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria.

Balanco Energético - Conjunto de informações da quantidade de energia elétrica em MWh, detalhadas pelas disponibilidades e pelos requisitos do mercado de energia elétrica da concessionária.

CCEE - (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) Pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, cuja criação foi autorizada nos termos do art. 4º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 e do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004. Atua sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização da Aneel, segundo esta Convenção, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os Agentes da CCEE, restritas ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Capacidade instalada dos sistemas interligados - É o somatório das potências nominais das centrais geradoras e instalações de importação de energia em cada um dos sistemas interligados das regiões Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste. Neste último caso não é considerada a potência nominal relativa à Itaipu Binacional.

Capacidade instalada nacional - É a soma das capacidades instaladas dos sistemas interligados, acrescida das capacidades instaladas dos sistemas isolados.

Contrato bilateral - Instrumento jurídico que formaliza a compra e venda de energia elétrica entre Agentes da CCEE, tendo por objeto estabelecer preços, prazos e montantes de suprimento em intervalos temporais determinados.

Cust - Contrato do uso do Sistema de Transmissão, a ser assinado pela Unidade Suprida com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Contratação do acesso aos sistemas de transmissão não vinculados aos Contratos Iniciais.

EPE - (Empresa de Pesquisa Energética) Empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, criada pelo Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004, com base no disposto na Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004.

Megawatt (MW) - Unidade de medida de energia mecânica ou elétrica, de fluxo térmico e de fluxo energético de radiação, equivalente a um milhão de watts.

MME - Ministério de Minas e Energia

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, que é direcionado a um pleno aproveitamento do parque produtivo, resultando num processo de transferências de energia entre geradores.

ONS - Operador Nacional de Sistemas Elétricos. Pessoa jurídica de direito privado autorizada a executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados.

PCHs - (Pequenas centrais hidrelétricas) Empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 1.000 KW e igual ou inferior a 30.000 KW, com área total de reservatório igual ou inferior a 3,0 Km², serão considerados como aproveitamentos com características de pequenas centrais hidrelétricas.

RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária. Aumento tarifário, temporário, autorizado pelo art. 4º da Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, de 2002.

TAR - Tarifa Atualizada de Referência, que é utilizada para o cálculo da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. A tarifa é reajustada anualmente com base no IPCA.

TUSDg - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição para as geradoras. Estabelecida pela Aneel e reajustada anualmente.